

A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

Soraya Araujo
Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

Soraya Araujo
Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A atuação do assistente social na saúde: contribuições para o debate

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A886 A atuação do assistente social na saúde: contribuições para o debate / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-114-2
DOI 10.22533/at.ed.142212605

1. Saúde. 2. Assistente social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 362.1042

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Uma década após o lançamento pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS do documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*, reunimos nessa coletânea a multiplicidade de experiências profissionais de Assistentes Sociais na área da saúde pública.

A coletânea *A atuação do Assistente Social na Saúde: contribuições para o Debate* reúne 09 artigos dentre as quais estão presentes as discussões sobre: extensão universitária, hospital escola, linha de frente e enfrentamento Covid-19, fiscalização profissional, envelhecimento e Serviço Social português.

Os artigos são frutos de pesquisas, relatos de experiências e ensaios teóricos e colocam em evidência o cotidiano dos serviços, os desafios enfrentados por esses profissionais diante do agravamento das expressões da *Questão Social* na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os trabalhos, partilhar experiências, reflexões e resultados alcançados no processo de produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO REDE INTERNA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE DESNATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Renata Alves César Fernandes
Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti
Christiane Virginio de Oliveira Barbosa
Evandro Alves Barbosa Filho

DOI 10.22533/at.ed.1422126051

CAPÍTULO 2..... 13

PROMOÇÃO DA SAÚDE, TABAGISMO E REDUÇÃO DE DANOS NO SUS: A EXPERIÊNCIA VINCULADA AO PROJETO DE EXTENSÃO PODE RESPIRAR! DISCUTINDO PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS/UPE

Soraya Araújo Uchoa Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.1422126052

CAPÍTULO 3..... 24

IMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL EM UM HOSPITAL ESCOLA: TENSÕES ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS

Reinaldo dos Santos Mendes da Silva
Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tania Ferreira da Silva
Alecsonia Pereira Araujo

DOI 10.22533/at.ed.1422126053

CAPÍTULO 4..... 36

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA AO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 EM JOÃO PESSOA- PARAÍBA

Jaqueline Figueredo Silva
Maria Betania Gomes da Silva
Danielle Viana Lugo Pereira
Valéria Costa Aldeci de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1422126054

CAPÍTULO 5..... 50

O TRABALHO E A CHEGADA DA VELHICE NA CONJUNTURA ATUAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Jozadake Petry Fausto Vitorino

DOI 10.22533/at.ed.1422126055

CAPÍTULO 6..... 63

ASSÉDIO MORAL: ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTROLE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Pedro Leonardo Cedrola Vieira
Gabriela Santos Gomes

Michelle Noce

DOI 10.22533/at.ed.1422126056

CAPÍTULO 7..... 73

**A DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL**

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Olegna de Souza Guedes

DOI 10.22533/at.ed.1422126057

CAPÍTULO 8..... 78

CRIANÇAS DO CÁRCERE: O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTRAMUROS

Mário Milcíades Martins Meira Neto

DOI 10.22533/at.ed.1422126058

CAPÍTULO 9..... 86

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA O EXERCÍCIO
DA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Daiane Neves da Silva e Santos

DOI 10.22533/at.ed.1422126059

SOBRE A ORGANIZADORA..... 99

ÍNDICE REMISSIVO..... 100

CAPÍTULO 6

ASSÉDIO MORAL: ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE CONTROLE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 15/03/2021

Pedro Leonardo Cedrola Vieira

Assistente Social. Mestre e Doutorando em
Economia Doméstica (UFV)
Viçosa, MG
<http://lattes.cnpq.br/0878941973296652>

Gabriela Santos Gomes

Graduanda em Serviço Social (UFV)
Viçosa, MG
<http://lattes.cnpq.br/5490001366559373>

Michelle Noce

Graduanda em Serviço Social (UFV)
Viçosa, MG
<http://lattes.cnpq.br/5673214883896314>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as demandas levadas ao Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS - 6ª Região – Seccional Juiz de Fora/MG – que em alguns casos podemos inferir que há a prática do assédio moral como uma nova gestão das relações de trabalho no atual contexto da reestruturação produtiva, com enfoque na categoria profissional dos assistentes sociais. Os estudos realizados demonstraram algumas das situações vexatórias e humilhantes a que são submetidos os assistentes sociais em suas atividades laborais. Esses possuem vínculos de trabalhos cada vez mais frágeis e, são vítimas de assédio moral de seus chefes diretos e indiretos, colegas de trabalho e até mesmo dos próprios usuários

das políticas em que estão inseridos. Esse fenômeno traz consequências devastadoras a assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio ocupacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho do(a) Assistente Social. Controle do Trabalho. Assédio Moral.

MORAL HARASSMENT: CONTEMPORARY STRATEGIES TO CONTROL THE WORK OF THE SOCIAL WORKER

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the demands made to the Guidance and Inspection Sector of the CRESS - 6th Region - Juiz de Fora / MG Section - that in some cases we can infer that there is the practice of moral harassment as a new management of labor relations in the current context of productive restructuring, focusing on the professional category of social workers. The studies carried out have demonstrated some of the humiliating and vexatious situations that social workers are subjected to in their work activities. These have links of increasingly fragile jobs and are victims of moral harassment of their direct and indirect bosses, co-workers and even the users of the policies in which they are inserted. This phenomenon has devastating consequences for social workers in the most diverse social and occupational spaces.

KEYWORDS: Assistant Social Work. Work Control. Moral Harassment.

1 | INTRODUÇÃO

Amparada pela Resolução CFESS n 512/2007 que reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização que estabelece os parâmetros para prevenção, orientação e fiscalização do exercício profissional, bem como as competências das Comissões de Orientação e Fiscalização – COFI¹ propiciam uma apreensão in lócus da realidade de todos os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, quais sejam: na esfera estatal, na empresarial, no sócio jurídico, no Terceiro Setor (incluindo ONG's, Institutos e Instituições). Além disso, todas as frentes de trabalho deste órgão oportunizam a aproximação ao trabalho profissional do assistente social. Estas frentes de trabalho possibilitaram compreender quais são as condições de trabalho, particularidade do trabalho na sociedade capitalista em face da relação de compra e venda da força de trabalho e, em especial, o trabalho do assistente social que se processa no âmbito das contradições das classes sociais.

Assim sendo, é preciso demonstrar como diz Yazbek (2001) “no tempo miúdo do trabalho cotidiano” (2001. p.34), nas situações singulares com que o assistente social se defronta no exercício profissional, o potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs a partir das diretrizes do projeto ético-político construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro. Seu amadurecimento se dá na década de 1990, período de profundas transformações societárias que afetam a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho, marcados pelo modelo de acumulação flexível e pelo neoliberalismo.

As principais questões relacionadas ao exercício profissional deparadas no Conselho Regional de Serviço Social – Seccional de Juiz de Fora – MG estão relacionadas, por exemplo, as condições de trabalho inadequadas à Resolução 493/06, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social; descumprimento por parte do empregador da jornada de trabalho de 30 horas semanais conforme Lei 12.370/2010; desrespeito às prerrogativas do assistente social (sigilo e autonomia profissional); solicitações abusivas por parte das autoridades judiciais bem como do INSS aos assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social dos municípios, para a realização de pareceres/estudos sociais, sem remuneração; demanda pela realização de atribuições incompatíveis com a profissão.

Frente ao exposto podemos inferir que há casos de “assédio moral” no exercício da profissão, quando os assistentes sociais não acatam as determinações das instituições sem questionamentos, considerando as seguintes características observadas: isolamento

1 Comissão de Orientação e Fiscalização. Essa comissão é instalada junto ao Setor de Orientação e Fiscalização – SOFI, sendo uma das principais frentes de atuação do Conselho junto a categoria profissional. Vale destacar ainda que a execução desse serviço tem como princípio um caráter formativo/educativo junto aos assistentes sociais.

do profissional na instituição, sendo o mesmo impedido de exercer as atividades pertinentes ao seu cargo; agressões verbais e em alguns casos até mesmo físicas, gerando o adoecimento e afastamento do trabalho.

Seguindo essa linha de investigação, buscaremos traçar o que os autores definem como o fenômeno do assédio moral e a partir disso, entender as expressões desse fenômeno dentro da profissão dos assistentes sociais. Sabe-se, contudo, segundo Behring (2003) que:

[...] este processo está inserido em um contexto político; econômico, cultural e social mais amplo, determinado pelas transformações do mundo do trabalho, em que as relações de trabalho estão flexibilizadas, fragmentadas e fragilizadas, conformando a estratégia do capital em dominar todas as esferas da vida social para a sua manutenção e reprodução". (BEHRING. 2003. p 123).

Na mesma lógica, o Estado tomado pelo ideário neoliberal, se exime de suas responsabilidades com as políticas sociais. O assédio moral no trabalho é um tema que se tornou uma forte preocupação social, fazendo com que várias áreas do saber, assim como o serviço social se debruçassem sobre o tema a fim de desvelar os impactos negativos que causa à saúde desses profissionais e ao bem-estar da vítima. É importante também salientar que esse problema não é novo, existindo, como nos mostra Ávila (2015), desde os primórdios das relações humanas. No entanto, sobretudo nas relações de trabalho é considerado um fenômeno novo sob o ponto de vista de sua visibilidade. A discussão acerca do tema no mundo do trabalho está em pleno desenvolvimento como mostram as publicações de médicos, psiquiatras, psicólogos, administradores e também assistentes sociais.

O assédio moral se desenvolve em qualquer relação de trabalho. A partir dos casos analisados, ainda que haja pouca produção no serviço social, podemos compreender os ataques em direção à categoria profissional como uma forma de controle sobre o trabalho profissional que está situado nas relações sociais da sociedade burguesa. Isso se dá frente às tentativas contínuas e incessantes de desqualificação profissionais, do não reconhecimento das atribuições que são privativas dos assistentes sociais e, ainda, como expõe Simões (2015) relações de assédio que visam infringir na sua autonomia profissional.

Esse estudo é relevante, na medida em que o trabalho desenvolvido pelos Conselhos Regionais, fundamentada em uma Política Nacional de Fiscalização (em concomitância com a Resolução CFESS no 512 de 2007) de cunho educativo, informativo e preventivo, é uma fonte de conhecimento da realidade profissional do trabalho dos assistentes sociais.

2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 O trabalho dos assistentes sociais como trabalho coletivo

Conforme afirma Iamamoto (2009), o serviço social é uma profissão inscrita na divisão sócio - técnica do trabalho e, portanto, uma especialização do trabalho coletivo na sociedade. Desse modo, é partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais dadas no interior da sociedade capitalista. O assistente social participa da reprodução da sociedade de classe e de seu movimento contraditório. Esse profissional tem a questão social como seu objeto de intervenção, sendo essa definida por Iamamoto (2001) como:

O conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana –o trabalho- das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 16)

A questão social apresenta-se e materializa-se na vida dos sujeitos sociais por meio de multifacetadas expressões: desigualdade social, miséria, violência, pobreza, ou ainda, nas palavras de Iamamoto, “condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais [...]” (IAMAMOTO. 2009 A. p.27) Esta é, portanto, a contradição existente entre a relação capital e trabalho. No Brasil, a questão social deve ser pensada na transição da formação e fortalecimento da burguesia enquanto classe dominante ao capitalismo ao monopolista. Este processo transitório não foi realizado por uma burguesia forte, mas sim foi marcada pela democracia do grande capital, “pelo alto”, tomando o poder de modo a preservar a ordem.

2.2 Principais demandas do Setor de Orientação e Fiscalização

Foi percebido que as requisições e acompanhamentos a assistentes sociais chegam junto à Secicional do Conselho Regional de Serviço Social em Juiz de Fora - MG das mais diversas formas: sejam por e-mails, contatos telefônicos, atendimentos presenciais e as visitas de fiscalização rotineiras. A partir dessas ações há uma grande produção de dados, informações e levantamentos que são de extrema importância para a categoria profissional, sendo estes, objeto dessa investigação.

Compreender as relações de assédio moral sofridas pelos assistentes sociais nas suas relações de trabalho oriundas dos empregadores, bem como dos usuários dos serviços prestados nos mais diversos espaços sócio ocupacionais se tornam objeto de estudo importante à categoria profissional, uma vez que possibilita a compreensão das relações de trabalho as quais a categoria profissional se insere no mercado de trabalho.

Nessa via, percebemos que os assistentes sociais têm sido pressionados a

quebrarem o sigilo profissional e de executarem tarefas que são de responsabilidade da justiça, como oferecer provas à justiça por meio de depoimentos, entrega de prontuários, elaboração de relatórios sobre usuários, fornecendo detalhes sobre a vida pessoal que podem ser usadas para diversas formas de punição: desde a criminalização até a discriminação alimentada por preconceitos. Nesse tocante, se pode inferir como a maior demanda levada a Seccional de Juiz de Fora -MG nos anos de 2015 à 2018, seja para esclarecimentos se de fato há a obrigatoriedade de cumprimento desses mandos judiciais, bem como, questioná-los, conforme aponta os dados dos relatórios, pareceres e questionários de visitas de fiscalizações da Seccional de Juiz de Fora.

Vale ressaltar que, sobretudo em municípios do interior, onde há em grande parte somente um ou no máximo dois profissionais, estes se veem acuados e temerosos em não cumprir pedidos oriundos de promotoria e varas judiciais. Ainda que não seja uma atribuição direta, acabam por realizar as dadas ordens.

Assistentes Sociais atuantes nos diversos órgãos municipais, sobretudo CRAS e CREAS realizam excessivas demandas que sobrecarregam seus serviços, fazendo com que haja um desvio de função na instituição empregadora e, para completar, não recebem por tais serviços, o que podemos considerar ser um trabalho escravo respondendo às solicitações judiciais para realização de estudos e pareceres, com prazo determinado. Em geral, esses prazos são impraticáveis. Quando não há o acatamento das determinações oriundas, por exemplo, do INSS, judiciário e ministério público sem questionamentos é observado, como se propõe a analisar este estudo, situações de assédio moral no exercício da profissão, onde são observadas, de acordo com os dados analisados junto ao CRESS 6ª Região as seguintes características: isolamento do profissional na instituição, sendo o mesmo impedido de exercer as atividades pertinentes ao seu cargo; agressões verbais e em pouco, casos até mesmo físicas, gerando o adoecimento e afastamento do trabalho.

Juntamente a esse contexto, é preciso destacar também as condições de trabalho precárias que são oferecidas aos profissionais (nesse caso, municípios de grande e pequeno porte, sem distinção) com baixíssimos salários, informalidade na forma de contratação, havendo inclusive a incidência de contratos de trabalho mensais e descumprimento da jornada de trabalho de trinta horas semanais.

A realização de concursos públicos, processos seletivos e ou processos seletivos simplificados (quando há somente análise curricular) por parte das prefeituras e demais órgãos e entidades é fiscalizada rotineiramente pelo CRESS, havendo a divisão, na particularidade de Minas Gerais segundo a área de abrangência de cada seccional.

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região, de janeiro a outubro de 2016 fiscalizou cento e quatro editais de concursos / processos seletivos em todo Estado de Minas Gerais. Na sede do Conselho Regional em Belo Horizonte - MG, foram fiscalizados sessenta e dois editais, sendo quarenta e um destes já arquivados e por sua vez, vinte e um foram abertos processos administrativos, encaminhados a Assessoria

Jurídica para os procedimentos necessários. Na Seccional de Uberlândia - MG foram fiscalizados vinte editais, sendo que destes, apenas quatro foram encaminhados à sede para abertura de processos administrativos. Na Seccional de Montes Claros – MG não foram fiscalizados concursos/ processos seletivos, pois, a Seccional não contava com Agente Fiscal em seus quadros de funcionários. Assim sendo, no presente ano, o Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) fiscalizou vinte e dois editais entre concursos públicos, processos seletivos e processos seletivos simplificados. Destes, três foram abertos processos administrativos encaminhados para Assessoria Jurídica em Belo Horizonte.

Quando detectada a abertura de um edital junto ao Site PCI Concursos ou mesmo quando denúncias de irregularidades são feitas junto ao SOFI, o primeiro passo é realizar a leitura de todos os editais a fim de analisar quais encaminhamentos serão feitos, bem como, quais ofícios serão enviados tanto a empresa organizadora do concurso, bem como para as prefeituras ou órgãos empregadores responsáveis. Existem modelos de ofícios para determinadas situações que são identificadas e que devem ser notificadas, sejam elas, carga horária inadequada à legislação da profissão, ou seja, superior às trinta horas semanais, nomenclatura inadequada ao cargo/função, atribuições indevidas à função do assistente social, uso indevido da expressão Serviço Social e ainda um ofício que destaca as discrepâncias salariais entre os profissionais do Serviço Social em relação a outras profissões. Todos esses são enviados às Prefeituras, na pessoa do chefe do poder executivo e no âmbito das demais instituições, seus representantes legais.

A partir desse modelo, são elaborados e adequados seus conteúdos a cada caso específico, ressaltando as irregularidades encontradas e as medidas a serem tomadas em um determinado prazo estipulado em cinco dias úteis contados do recebimento da notificação.

Tratando novamente de maneira específica dos concursos fiscalizados na Seccional de Juiz de Fora no ano de 2016, foi notado maior incidência de envio de ofícios quanto à isonomia salarial, seguida do não cumprimento da carga horária de trinta horas semanais e em terceiro, atribuições incompatíveis ao exercício profissional do Assistente Social.

É possível inferir que onde a profissão não tem sua carga horária semanal respeitada, ou seja, superior às trinta horas semanais há também a incidência de uma não valorização salarial da categoria, com salários totalmente defasados em relação a outros profissionais, como se expressa no Edital do concurso público da Prefeitura de Piraúba - MG. Nesse edital, o salário de R\$ 1.893,59 é aplicado em duas profissões distintas: ao Assistente social com carga horária semanal de quarenta horas e também ao Nutricionista, sendo que este cumprirá vinte horas semanais.

Há como exemplo ainda mais claro do não reconhecimento da profissão o Edital de concurso público da Prefeitura de Mercês - MG, oferecendo salário de R\$ 800,00 para uma carga horária de quarenta horas semanais. Quando notificada, prefeitura respondeu ofício nos seguintes termos:

[...] o ente federativo municipal possui competência constitucional prevista no art. 37 da CF/88 para se auto organizar, inclusive dispor sobre a carga horária de seus servidores, não possuindo os conselhos de classe competência para impor ao município obrigação constante em lei de eficácia nacional imposta tão somente a assistentes sociais empregados, cuja relação jurídica é regida pela CLT. (OFÍCIO INTERNO, CRESS – 2016).

Outro ponto frequente nos concursos, como já relatado é a incidência de nomenclaturas indevidas ao profissional de Serviço Social e também a formação exigida, que é “Bacharel em Serviço Social”. São encontrados termos como “Superior em Assistência Social”, “Ensino superior em Assistência” e até mesmo “Ensino Superior em Assistente Social”. Ao tratar especificamente de outro tema bastante frequente, as atribuições do Assistente Social, vale o destaque do edital de concurso público da Prefeitura de Serranos - MG que no texto das atribuições privativas fala em vários momentos os termos pareceres psicossociais, questão psicológica, visão psicológica e laudos psicológicos. Ter bastante claro os limites da atuação profissional do Assistente social é fundamental desde o momento de abertura de edital de concurso.

É percebido, ainda que de forma sutil e muitas vezes maquiadas que as requisições que chegam para o profissional de Serviço Social têm cada vez mais um caráter conservador, que visam ainda nos dias atuais, após toda afirmação da categoria profissional promovida ao longo das últimas sete décadas desqualificar as atribuições específicas e privativas dos assistentes sociais, bem como o a própria negação ao saber profissional dos assistentes sociais.

Formas como mencionadas no parágrafo anterior bem como as mais diversas e distintas maneiras de agressão tem sido direcionada aos profissionais de serviço social cotidianamente, o que torna cada vez mais necessário o entendimento dessas expressões de assédio moral para de fato combatê-las.

3 | CONCLUSÃO

Mudanças estruturais em todos os âmbitos são perceptíveis na cena contemporânea da sociedade capitalista nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais. As transformações no mundo do trabalho, protagonizadas pelo modelo de produção flexível afeta todos os trabalhadores, inclusive os assistentes sociais, inseridos nessa dinâmica. Segundo Antunes (2001), essa remodelagem trouxe graves consequências para o mundo do trabalho, como a crescente redução do operário fabril, flexibilização e desconcentração do espaço físico de produção, investida no novo proletariado determinados pelo trabalho precarizado, surgindo novas modalidades, como: terceirizados, subcontratados, „part-time“, informais, entre outros, aumento do trabalho feminino e, principalmente, naqueles postos mais precarizados e desregulamentados, acentuamento dos assalariados médios e de serviços, exclusão dos idosos e dos jovens do mercado de trabalho, tendência

ao crescimento do trabalho infantil, expansão do trabalho social combinado, em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. Somados a isso, no que tange ao Estado, o neoliberalismo tem modificado as formas de gestão das instituições, sendo que estas são empregadoras dos assistentes sociais.

Objetivamos demonstrar como essas prerrogativas do capital impactam o trabalho do assistente social, particularizando aqueles inseridos nas instituições da área de abrangência da Seccional de Juiz de Fora/CRESS – 6ª Região: verificamos, então, um cenário bastante desfavorável a estes profissionais, que constantemente vivenciam situações de assédio moral nas suas mais variadas formas de expressão, seja por suas chefias, seja pelos próprios colegas de trabalho, em alguns casos, os próprios assistentes sociais e também pelos seus usuários. Há, nesse sentido, a necessidade da categoria dos assistentes sociais, como integrante e partícipe da classe trabalhadora, engrenar lutas no sentido de garantir melhor visibilidade ao seu fazer profissional, garantindo que cada vez mais sua autonomia, como apresentado, sabe que é relativa, se torne plena e que as situações de assédio moral, como as apresentadas ao longo do texto não se torne cada vez mais, uma regra, presente dentro da categoria profissional.

Um levantamento realizado pela Agente Fiscal das demandas ao Serviço de Orientação e Fiscalização da Seccional de Juiz de Fora, com base nos atendimentos realizados aos Assistentes Sociais, no ano de 2016, por telefone e pessoalmente, demonstra que as transformações ocorridas na sociedade capitalista nas últimas décadas repercutiram fortemente no interior da classe trabalhadora, na qual se inclui o Assistente Social.

Com base nas demandas que chegam ao CRESS, Simões (2017) afirma que são expressões do assédio moral que buscam desqualificar o trabalho do assistente social, seja pela via da quebra do sigilo profissional, o não reconhecimento de suas atividades privativas, exposição dos profissionais frente aos demais membros do ambiente de trabalho e dos próprios usuários, execução de atividades, seja na imposição do seu fazer profissional, a fim de fornecer detalhes da vida de usuários que podem ser usados para diversas formas de punição: desde a criminalização até a discriminação alimentada por preconceitos.

O interesse oculto do assédio moral exercido entre os assistentes sociais, segundo Barroco (2015) está ligada a tentativa de que os assistentes sociais executem tarefas contrárias ao Código de Ética profissional e as suas atribuições legais. Há a tentativa de que a profissão seja partícipe, de forma coadjuvante de um moralismo punitivo presente na sociedade contemporânea frente as mais diversificadas expressões da questão social e que assim, como no passado, o serviço social se ajuste à missão (mais em um sentido de ministério) restauradora da lei e da ordem social.

O cenário apresentado nesse trabalho sinaliza e representa a realidade profissional dos assistentes sociais nos municípios da área de abrangência da Seccional de Juiz de

Fora – MG CRESS 6ª Região. Essa pesquisa abordou uma parte de Minas Gerais; contudo, a tendência de precarização e controle do trabalho pela via do assédio moral se estendem pelos demais municípios mineiros, assim como nos demais estados do país, conforme verificado em outras pesquisas.

Essas foram às contribuições que este trabalho alcança, sem qualquer pretensão de esgotar o tema, pelo contrário, com o objetivo de fomentar o debate e aguçar a sensibilidade dos assistentes sociais para manter acesa a discussão dentro da categoria profissional. Ao finalizar esse trabalho, devemos ter a certeza de que a busca por estudos relacionados ao tema da realidade profissional dos assistentes sociais deve ser contínua. A partir disso, uma série de outros caminhos podem ser traçados como objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, P. & FRIGOTTO, G. A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ANTUNES, R (org). Riqueza de miséria do trabalho no Brasil: Boitempo, 2006.

AQUINO. I.G.C. O trabalho do assistente social e as estratégias contemporâneas de controle do trabalho: a questão do assédio moral. s/p. 29 agosto 2017. Viçosa, MG).

ÁVILA, R. P. As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho. 2ª Ed. São Paulo: LTr, 2015.

BEHRING R.B. Brasil mostra a tua cara: dez anos depois. Revista Inscrita. Brasília, n. 13, ano 9 p. 16 a 21.

CFESS; Instrumentos para a Fiscalização do Exercício profissional do Assistente Social. CFESS, Brasília, 2007.

CFESS. Resolução nº 382/99- Política Nacional de Fiscalização. Brasília, 1999.

_____. Resolução 493/06 – Estabelece as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.

_____. Resolução 556/09 – Procedimentos para efeito de laçação do material técnico sigiloso do Serviço Social. Brasília, 2009.

FERREIRA, H..D.B. Assédio moral nas relações de trabalho. São Paulo: Russell, 2004.

FREITAS, M. E.; HELOANI, R. e BARRETO, M. Assédio moral no trabalho. In: Psicologia Política . VOL. 8. Nº 15 . PP. 179 – 182. São Paulo. 2008.

GUEDES, M. N. Assédio Moral e responsabilidade das organizações com os direitos fundamentais dos trabalhadores. In: Revista da Amatra II, a.IV, n. 10. São Paulo, 2003.

HIRIGOYEN, Marie-France. Mal estar no trabalho: Redefinindo o assédio moral. Trad. De: Rejane Janowitz. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social – Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília – DF, 2009a: Pág. 16 a 50.

RAICHELIS, R. O trabalho dos assistentes sociais na esfera estatal. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília – DF, 2009: Pág. 377 a 391.

RAICHELIS, R. e SILVA, O. O assédio moral nas relações de trabalho do (a) assistente Social: uma questão emergente. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 123, p. 582- 603.

SIMÕES, N. L. H. Autonomia Profissional do Assistente Social x Trabalho Assalariado. 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. O trabalho do assistente social e as estratégias contemporâneas de controle do trabalho: a questão do assédio moral. s/p. 29 agosto 2017. Viçosa, MG)

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília – DF, 2009: Pág.125 a 141.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente de trabalho 50, 51, 52, 54, 59, 70, 71

Assédio moral 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72

Assistente social 16, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98

Autoimagem profissional 26, 34

Autonomia profissional 16, 64, 65, 72

C

Comissões de Orientação e Fiscalização - COFI 64

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS 35

Conselho Regional de Serviço Social 64, 66, 67

Convenção Quadro para o Controle do Tabaco - CQCT 14

Covid-19 15, 22, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49

Crise pandêmica 36, 37, 38, 39, 40, 43, 47

E

Envelhecimento 12, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62

Extensão universitária 1, 17, 21, 99

F

Fumante passivo 19

I

Imagem social 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35

L

Longevidade 51, 55, 56, 58

N

Neoconservadorismo 16

Neoliberalismo 18, 38, 39, 49, 64, 70

Notificações compulsórias 5

O

Organização Mundial de Saúde (OMS) 3, 18, 19, 88

P

Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Política de Saúde 26

Pessoa idosa 10, 51, 55, 56, 57, 58

Pessoas em situação de violência 1, 5, 6, 7, 11

Política de saúde 1, 5, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 42, 49, 84, 89, 95, 99

Política nacional de fiscalização 64, 65, 71

População prisional 79

Projeto de extensão 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 20, 21, 50, 99

R

Reforma sanitária 42, 43, 49, 88, 98

S

Serviços de saúde 1, 2, 5, 6, 22, 34, 38, 44, 89

Serviço social 3, 5, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 99

Serviço social português 73, 74, 76

Sistema prisional 78, 80, 81, 84, 85

Sistema Único de Saúde - SUS 1, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 22, 23, 38, 42, 43, 88, 99

Sociedade contemporânea capitalista 2

T

Tabagismo 8, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23

Terceira idade 51, 55, 56, 58, 60

Trabalho 2, 3, 4, 6, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

V

Velhice 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 30, 39, 50, 57, 66

Violência doméstica 6, 9, 10, 12

Violência estrutural 1, 2, 3, 8

A Atuação do Assistente Social na Saúde: Contribuições para o Debate

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



A Atuação do Assistente Social na Saúde:

Contribuições para o Debate

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

